



Grupo Coordenador do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-Fhidro)
Ata da 46ª reunião, realizada em 24 de setembro de 2015

1 Em 24 de setembro de 2015, reuniu-se o Grupo Coordenador do Fundo de
2 Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias
3 Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (GC-Fhidro), na Cidade
4 Administrativa, em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: o presidente Marcelo da Fonseca e o presidente
6 suplente André Luis Ruas, representantes da Secretaria de Estado de Meio
7 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); Maria de Fátima
8 Chagas Dias Coelho e Breno Esteves Lasmar, do Instituto Mineiro de Gestão
9 das Águas (IGAM); Mariana Paula Pereira, do Banco de Desenvolvimento de
10 Minas Gerais (BDMG); César Cristiano de Lima, da Secretaria de Estado de
11 Planejamento e Gestão (Seplag); Silvestre Dias, da Secretaria de Estado de
12 Fazenda (SEF); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado
13 de Desenvolvimento Econômico (Sede); Manuela Cardoso Stein, do Instituto
14 Estadual de Florestas (IEF); Wilson Pereira Barbosa Filho, da Fundação
15 Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum
16 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc);
17 Virgílio Furtado da Costa, da Prefeitura Municipal de Lima Duarte.
18 **ABERTURA.** O presidente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 46ª
19 reunião do Grupo Coordenador do Fhidro. **Assuntos em pauta. 1) EXAME**
20 **DA ATA DA 45ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 45ª reunião
21 do Grupo Coordenador do Fhidro, realizada em 3 de julho de 2015. Virgílio
22 Furtado da Costa, da Prefeitura de Lima Duarte, registrou justificativa de
23 ausência de representante da Prefeitura de Contagem na reunião anterior. **2)**
24 **DELIBERAÇÃO SOBRE O PERCENTUAL ANUAL DO FHIDRO A SER**
25 **REPASSADO AOS COMITÊS DE BACIA PARA ESTRUTURAÇÃO E**
26 **OPERACIONALIZAÇÃO. Apresentação: Diretoria de Gestão das Águas e**
27 **Apoio aos Comitês de Bacia/IGAM.** Após apresentação de nota técnica
28 pelo diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês, Breno Esteves
29 Lasmar, o Grupo Coordenador do Fhidro deliberou por unanimidade o
30 repasse anual de 7,5% dos recursos previstos para os Comitês de Bacia,
31 para estruturação e operacionalização, nos termos da proposta apresentada
32 pelo IGAM. Ficou aprovado ainda que eventuais suplementações de
33 recursos até o fim deste ano deverão ser automaticamente incorporadas à
34 presente deliberação, não necessitando serem submetidas a apreciação e
35 deliberação do GC-Fhidro. **3) APRESENTAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO**
36 **DO APORTE DE R\$ 19.986.037,05 PARA O PROGRAMA ÁGUA DE**
37 **MINAS, APROVADO PELO PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE**

38 **RECURSOS HÍDRICOS (CERH). Apresentação: Gerência de**
39 **Monitoramento de Qualidade das Águas/IGAM.** A equipe do IGAM fez
40 apresentação sobre a aplicação financeira e a parte técnica do programa
41 Água de Minas, destacando aspectos de monitoramento, ações
42 desenvolvidas, resumo dos resultados de 2014, cenários futuros e
43 perspectivas, além do detalhamento da execução financeira do aporte de R\$
44 19.986.037,05 de recursos repassados. Em seguida, foram esclarecidos
45 pontos destacados pelos membros do GC-Fhidro. Wilson Pereira Barbosa
46 Filho alertou para a existência de extração ilegal de diamante e ouro no rio
47 Jequitinhonha, com contaminação afetando a cidade de Olhos D'água. André
48 Luis Ruas comentou que foi realizada operação da Polícia Militar na região e
49 relatou sobre dificuldades para regularização da atividade. "Foi feita uma
50 operação policial neste ano, mas as pessoas são presas e soltas depois, e
51 voltam para o garimpo ilegal. O problema é que o rio Jequitinhonha tem uma
52 lei estadual que fala que é um rio de preservação permanente. Há várias
53 restrições de atividades, e mesmo a atividade de extração de diamante não
54 poderia se regularizar pela SEMAD; não conseguimos fazer o licenciamento
55 ambiental porque é proibido por lei. Formou-se um passivo ambiental
56 gigantesco na região, e só cresce a devastação. E é um problema social,
57 porque são 1.500 pessoas nessa situação irregular, trabalhando, e tem um
58 problema com as máquinas, pois não se consegue nem retirá-las do leito do
59 rio por falta de equipamento. Na SEMAD, pedimos até o apoio do Exército. O
60 Jequitinhonha é um rio federal e teria que ter outorga da ANA, por exemplo,
61 e até escapa do âmbito do Sisema. Mas esse assunto está sendo discutido
62 na SEMAD." Presidente Marcelo da Fonseca: "Temos que deixar registrado
63 que lá, antes de se falar em problema ambiental, no caso específico de
64 recursos hídricos, tem que se resolver a questão de segurança pública. A
65 equipe de fiscalização não consegue garantir a segurança dos nossos
66 técnicos para entrar no local. A primeira ação é a garantia da segurança
67 pública, que até hoje as forças públicas de Minas ainda não conseguiram
68 garantir para a equipe técnica. A SEMAD está pronta para fazer a ação na
69 região, mas não conseguimos acessar ao local em função do risco da
70 integridade da nossa equipe." Virgílio Furtado da Costa questionou se existe
71 uma política pública de interesse social e financeira para se reverter o quadro
72 do garimpo no Jequitinhonha. Marcelo da Fonseca: "A Subsecretaria de
73 Regularização Ambiental está com uma proposta, e nós estamos avaliando
74 se é possível fazer a regularização da área externa. Não dá para se fazer na
75 calha do rio, em função de vedação legal. Mas, como a área é muito grande,
76 estamos avaliando se conseguiremos ter viabilidade de exploração em área
77 externa à que seria considerada de preservação permanente. Está sendo
78 avaliado se é viável tecnicamente e ambientalmente a regularização da área,
79 em parceria com a cooperativa dos garimpeiros." Virgílio Furtado da Costa
80 propôs que fosse estudada a criação de uma política pública de substituição

81 da atividade local, oferecendo alternativas econômicas sustentáveis,
82 socialmente e ambientalmente. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
83 solicitou que essa problemática do Jequitinhonha seja levada ao
84 subsecretário de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, Geraldo Vitor
85 de Abreu, propondo que a SEMAD apresente uma proposta à Subsecretaria
86 de Estado de Direitos Humanos e à Secretaria de Estado de Trabalho e
87 Desenvolvimento Social, considerando a abrangência dos problemas na
88 região. Nesse sentido, recomendou que seja solicitada uma reunião com o
89 subsecretário Geraldo Vitor de Abreu para discussão do assunto.
90 Retornando ao tema específico de monitoramento do programa Água de
91 Minas, André Luis Ruas propôs ao IGAM solicitar que os dados de
92 monitoramento da qualidade da água apresentados nos licenciamentos
93 ambientais sejam entregues georreferenciados, para que possa ser montada
94 uma base de dados integrada. Sugeriu, inclusive, a possibilidade de criação
95 de uma norma para que seja estabelecido esse procedimento. Maria de
96 Fátima Chagas Dias Coelho considerou pertinente a proposta e defendeu a
97 estruturação de um projeto amplo para aprimoramento da rede de
98 monitoramento da qualidade da água, considerando também outros
99 parâmetros. “A questão não é só banco de dados, é preciso articular a
100 informação e ter maior enriquecimento da base de dados – temos os planos
101 de bacia também. Às vezes, fica o foco da metodologia usada. Nós
102 trabalhamos com metodologia acreditada, com laboratório acreditado, então
103 tem toda uma análise. Eu acho que é um grande projeto para que o dado do
104 licenciamento seja aplicável para se avaliar a melhoria da qualidade
105 ambiental do Estado. É uma rede muito rica, e, mais do que plotar, teríamos
106 que fazer essa análise, para exigir do empreendedor mais qualidade em
107 termos de coleta e de análise.” Breno Esteves Lasmar propôs também a
108 utilização do plano diretor como base para o projeto. “O mais relevante é
109 pegarmos a partir do plano diretor de recursos hídricos aprovado pelo
110 comitê, que já indica as prioridades de monitoramento, para já sinalizarmos
111 na regularização quais seriam os pontos que a condicionante pudesse
112 prover. Existem áreas de monitoramento de interesse identificadas nos
113 estudos. Seria recomendar à determinada Supram que, ao estabelecer
114 condicionantes, oriente para aqueles pontos de interesse no estudo
115 específico.” Virgílio Furtado da Costa recomendou que fosse incluído nesse
116 projeto um plano de tratamento da vazão de entrega. Gustavo Tostes
117 Gazzinelli questionou qual seria o custo dos dez pontos de amostragens
118 apresentados no programa Água de Minas e solicitou que seja pautada no
119 GC-Fhidro ou no Plenário do CERH uma discussão sobre os próximos
120 pontos de monitoramento do programa a serem implantados. “Que nós
121 pudéssemos discutir as principais lacunas no Estado para termos uma ideia
122 do valor disso, onde implantar todos, onde é necessário, inclusive, para se
123 colocar pontos quantitativos. Em algumas áreas que já foram, inclusive,

124 declaradas de conflito e em outras que não são declaradas, mas que já
125 vivem situação de conflito, como é o caso do Alto Rio das Velhas e Alto Rio
126 Paraopeba. Eu acho que, na definição dos próximos pontos, deveria ter uma
127 abertura para que sejam mais de dez, porque, dependendo do custo – não
128 só de instalação, mas de manutenção, segurança etc. –, nós devemos
129 priorizar isso. E devemos eleger aquelas regiões do Estado onde está
130 havendo maior demanda de água e onde há grandes usuários consumindo
131 água, em que todas as informações que nós temos são baseadas em
132 automonitoramento. Então chegou a hora de o Estado tomar uma atitude. Eu
133 cito o exemplo de um grupo de trabalho de que estou participando, sobre
134 água subterrânea. A representante da CPRM falou que na região do colar
135 metropolitano tem dois pontos de monitoramento. O poder público tem dois
136 pontos de monitoramento subterrâneo, e só uma mina da Vale, qualquer que
137 seja, tem dez ou 15 pontos. Então não é possível que o Estado continue
138 dessa forma, absurdamente, refém do automonitoramento.” Maria de Fátima
139 Chagas Dias Coelho considerou que a manifestação do representante do
140 Fonasc se enquadra à linha de propostas para a rede de monitoramento do
141 Estado, e registrou a seguinte informação: “Nós vamos iniciar um trabalho do
142 plano estadual de segurança hídrica, e estamos escrevendo os termos de
143 referência. Quando se faz segurança hídrica, tem que se articular qualidade
144 e quantidade, e no sentido de cheias também. Então seria a construção de
145 um plano mais amplo. Quando tivermos a ideia um pouco mais amadurecida,
146 iremos levar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Mas,
147 independentemente desse plano, nós temos que trabalhar no aprimoramento
148 dessa rede conforme as propostas do Virgílio e do Gazzinelli. E também,
149 como foi muito bem colocado aqui pelo André Ruas, aproveitar a rede de
150 monitoramento das empresas.” **4) RETORNO DE PROJETO APROVADO**
151 **PELO GRUPO COORDENADOR PARA DELIBERAÇÃO DE APORTE DE**
152 **NOVOS RECURSOS FINANCEIROS. 4.1) Projeto 410/2013 - Termo de**
153 **referência para elaboração de estudos de concepção e projetos**
154 **executivos do sistema de esgotamento sanitário. Município: Mar de**
155 **Espanha/MG. Proponente: Prefeitura Municipal de Mar da Espanha.**
156 Aprovado por unanimidade o aporte de recursos nos termos do parecer
157 técnico/orçamentário da Sefhidro. Gustavo Tostes Gazzinelli sugeriu que
158 seja elaborada uma deliberação definindo que a aprovação de ajustes de
159 valores já aprovados, como este presente caso, não necessite ser submetida
160 ao Grupo Coordenador do Fhidro e que seja delegada a competência ao
161 IGAM. Solicitou ainda uma exposição ao GC-Fhidro, por parte da Secretaria
162 de Estado de Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado de Fazenda,
163 Advocacia Geral do Estado e Secretaria de Governo, sobre os prazos
164 estabelecidos para repasses dos recursos do Fhidro e os compromissos
165 assumidos pelo governo. Maria de Fátima Chagas Dias Coelho propôs que
166 seja feita alteração da Resolução do IGAM dando autonomia ao órgão para

167 aprovação de ajustes de aportes financeiros já aprovados, e informou que,
168 nesses casos, posteriormente, haverá a prestação de contas ao Grupo
169 Coordenador dos projetos aprovados. Ressaltou também decisão da Câmara
170 de Orçamento e Finanças no sentido da garantia de liberação dos recursos
171 dentro dos prazos previstos. “Foi a primeira vez que o recurso do Fhidro teve
172 uma liberação factível dentro da disponibilidade. O recurso da cobrança, na
173 íntegra, consta do orçamento aprovado, liberado pela COF. Os recursos da
174 cobrança estão totalmente aprovados, em seu valor total. Isso é importante
175 porque, se não tiver previsão orçamentária, ou se não for uma previsão
176 orçamentária realista, não se consegue empenhar os valores.”

5) RETORNO DE PROJETO APROVADO PELO GRUPO COORDENADOR PARA DELIBERAÇÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DE REPASSE DO FHIDRO E AUMENTO DO VALOR DA CONTRAPARTIDA SEM ALTERAÇÃO DO VALOR TOTAL. Apresentação: Secretaria Executiva do Fhidro. 5.1) Projeto 389/2011 - Estudo de impactos de mudanças climáticas nos recursos hídricos através da análise da chuva oculta em florestas montanas: avaliação e monitoramento qualiquantitativo da relação entre vegetação, fatores climáticos e efeito nebuloso na serra da Mantiqueira. Proponente: Instituto Alto Montana da Serra Fina. Aprovada por unanimidade a alteração na composição de valores com redução do repasse do Fhidro e aumento da contrapartida, sem alteração do valor total, nos termos do parecer técnico/orçamentário da Sefhidro. A Presidência do GC-Fhidro acatou sugestão no sentido de que o IGAM faça comunicação à Gerência de Energia e Mudança Climática da FEAM informando sobre os projetos aprovados, para que sejam considerados em seus estudos.

6) DELIBERAÇÃO PELO ARQUIVAMENTO DE PROJETO QUE NÃO ATENDEU ÀS SOLICITAÇÕES DE ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS. 6.1) Projeto 316/2010 - Realizar o cadastramento participativo de usuários das águas, a implantação de um sistema de informações geográficas. Proponente: Instituto Voçoroca. Item retirado de pauta para que retorne na próxima reunião com disponibilização prévia de parecer técnico, justificativa e demais documentos necessários à análise pelos membros do Grupo Coordenador.

7) ASSUNTOS GERAIS. Requerimentos aprovados. O Grupo Coordenador do Fhidro aprovou por unanimidade os seguintes requerimentos: 1) Apresentação do cronograma de liberação dos recursos da cobrança, por parte da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Secretaria de Estado de Fazenda, Advocacia Geral do Estado e Secretaria de Governo, conforme proposto nesta sessão por Gustavo Tostes Gazzinelli. 2) Apresentação de proposta de alteração de Resolução do IGAM estabelecendo que não é necessário que os projetos já aprovados pelo GC-Fhidro retornem para deliberação de ajustes de orçamento. Que seja colocada em pauta, na próxima reunião, uma minuta de alteração com definição dos percentuais a serem observados e a quem o GC-Fhidro deverá

210 delegar a competência para a alteração de valores, conforme proposto nesta
211 sessão por Gustavo Tostes Gazzinelli. **Análise de projetos.** Virgílio Furtado
212 da Costa registrou as seguintes considerações: “Se não me engano, o
213 Projeto nº 170, pela norma dos editais do Fhidro para se instalar um sistema
214 de esgotamento sanitário, solicitava à época que a área fosse de
215 propriedade do município onde se instalaria a estação de tratamento de
216 esgoto. O município de Simão Pereira comprou uma área de 20 mil metros
217 quadrados, atendeu o edital e apresentou o projeto. Por motivos outros,
218 arrumaram um procedimento de pontuar projetos, e quem tivesse com
219 número menor que 18 estaria excluído do processo. Isso depois que a regra
220 do jogo aconteceu. Hoje o prefeito tem uma área de 20 mil metros
221 quadrados, que ele tem que tomar conta para não ser invadida, em uma área
222 de APP. Dentro do nosso Comitê do Preto e Paraibuna e do Pomba e
223 Muriaé, isso alastrou no meio dos prefeitos, e os prefeitos dessa região – que
224 são 88 hoje – têm ojeriza em comprar área. Quando se fala com o prefeito
225 que ele tem que comprar área para talvez ser atendido com projeto de
226 tratamento de esgoto para uma comunidade, simplesmente, não querem
227 comprar. Por essa burocracia da nossa lei estadual ou de resolução da AGE
228 ou deliberação, nós estamos repetindo essas situações. Eu gostaria de pedir
229 que o grupo de analistas do Fhidro estudasse isso. Nos chegou informação
230 de quatro projetos, sendo três da cidade de Rio Preto e um da cidade de Rio
231 Pomba, que foram reprovados porque a área não era de propriedade do
232 município. Todos os quatro projetos tinham documento de doação de área de
233 terceiro para a prefeitura ou um decreto-lei do município declarando a área
234 passível de desapropriação por interesse público, para ali se instalar uma
235 estação de tratamento de esgoto. No recurso, no prazo de cinco dias, isso
236 tudo foi apresentado aos analistas do Fhidro, e, naturalmente, por seguirem
237 essa resolução, essa determinação, se viram obrigados a falar não. Eu
238 também acho que situações iguais a essa teriam que vir para o comitê
239 gestor.” Breno Esteves Lasmar: “As normas do Fhidro estão sendo revistas
240 para serem feitos aperfeiçoamentos. Uma das orientações é no sentido de
241 tornar a análise do Fhidro mais lógica, ter documentos atinentes às fases
242 específicas, mérito de projeto que vai ser analisado, e depois as fases de
243 documentações que são necessárias para comprovar legitimidade etc. E por
244 fim as documentações que estariam atreladas para se conveniar. Assim
245 evita-se que o projeto não seja nem avaliado sob a ótica do mérito quando
246 faltar um documento que só vai ser necessário numa etapa conclusiva e
247 final. Quanto à questão específica do terreno, se não houver exigência prévia
248 de que teria que ter documento de comprovação de propriedade, isso
249 poderia ficar para uma fase posterior. Se foi observada essa recomendação
250 de indeferimento, é porque esse documento estava sendo exigido – ainda
251 que erroneamente sob a ótica da lógica – numa fase preliminar do projeto.
252 Então nós temos que trabalhar no sentido de rever essa estrutura.” Virgílio

253 Furtado da Costa propôs que os quatro projetos citados fossem pautados
254 para reanálise do GC-Fhidro.” O presidente Marcelo da Fonseca informou
255 que os projetos não poderão ser pautados para reanálise, porque o edital
256 não permite, mas solicitou que seja feita uma exposição pelo IGAM dos
257 motivos que levaram à não habilitação, para que o GC-Fhidro possa avaliar
258 os procedimentos e sugerir mudanças dentro das propostas de revisão de
259 normativas. **Revisão de normas.** Gustavo Tostes Gazzinelli solicitou que
260 seja pautada na próxima reunião uma apresentação sobre a situação do
261 processo de revisão de normas, que competem ao Fhidro, previstas em
262 projeto de lei ou em normas internas do Sisema. **8) ENCERRAMENTO.** Não
263 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Marcelo da Fonseca
264 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
265 lavrada esta ata.

266
267 **APROVAÇÃO DA ATA**

268
269
270 **Marcelo da Fonseca**
271 **Presidente do GC-Fhidro**